

# A ARTICULAÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO E DA TEORIA DO DISCURSO PARA ANÁLISE DO CAMPO DA SAÚDE

## THE ARTICULATION OF DISCOURSE ANALYSIS AND DISCOURSE THEORY FOR HEALTH FIELD ANALYSIS

Jean Jeison Führ\*

**RESUMO:** O objetivo do presente artigo é apresentar as articulações transdisciplinares entre as Ciências Sociais e a Saúde Coletiva, evidenciando como os referenciais da Teoria do Discurso em paralelo com a Análise do Discurso, foram e podem ser empregados metodologicamente em pesquisas sociológicas junto ao campo da saúde. Percebendo o campo disciplinar da Saúde Coletiva, tentativas precárias do estabelecimento de contra-hegemonias ao consenso flexneriano, evidenciamos nitidamente as possibilidades de diálogo transdisciplinar que tal percepção evidencia ao trazer noções das Ciências Sociais, da Ciência / Filosofia Política, da Psicanálise, da Psicologia ou de outros campos disciplinares que compartilham significantes passíveis de análise através dos elementos teóricos de Ernesto Laclau.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso; Teoria do Discurso; Campo da Saúde.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to present the transdisciplinary articulations between the Social Sciences and Public Health, showing how the references of Discourse Theory in parallel with Discourse Analysis, were and can be methodologically used in sociological research in the field of health. Realizing in the disciplinary field of Collective Health, precarious attempts to establish counter-hegemonies to the Flexnerian consensus, we clearly evidence the possibilities of transdisciplinary dialogue that such perception evidences when bringing notions from Social Sciences, Science / Political Philosophy, Psychoanalysis, Psychology or other disciplinary fields that share signifiers that can be analyzed through Laclau's theoretical elements.

**KEYWORDS:** Discourse Analysis; Discourse Theory; Health Field.

---

\* Mestre licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Sociólogo graduado bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Saúde Pública (AVM Faculdades Integradas). Graduando em Ciências Jurídicas –Direito pela Universidade Feevale. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4115-6023>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6501036111635219>. Contato: [jeanjeisonfuhr@gmail.com](mailto:jeanjeisonfuhr@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

As contribuições sociológicas ao campo da saúde extrapolam e vão além de meras elaborações conceituais. A ampliação proposta pela utilização da noção bourdieusiana dos determinantes sociais foi amplamente adotada e incorporada aos discursos articulatórios sobre o nexo entre saúde e doença. O conceito de saúde proposto pelo OMS em 1948 obteve renovado fôlego a partir dos estudos sociológicos, que se utilizando da noção dos determinantes sociais, demonstraram de forma convincente que estes estão intrinsecamente relacionados no cerne dos limites entre o bem-estar físico, mental e social dos sujeitos em seus contextos:

[...] a sociologia dos determinantes sociais da prática sociológica aparece como único meio de acumular, diferentemente das conciliações fictícias do jogo duplo, as vantagens de se pertencer a um campo, de se participar dele, e as vantagens da exterioridade, do corte e da distância objetivante (Bourdieu, 1990, p. 113).

A denominadas escolas materialista e estruturalista iriam juntamente com a fenomenologia e outras abordagens teóricas sociológicas se utilizar de forma (a)crítica a perspectiva ampliada de conceituar a saúde levando em consideração o papel dos diversos determinantes sociais. Segundo Gárcia (1989, p. 153) nos “[...] anos 60 já havia uma massa crítica de profissionais nas Ciências Sociais, alguns formados pela FLACSO, outros em escolas nacionais e alguns no exterior [...]” que já estavam na América Latina assim como na Europa e nos EUA propondo análises sociológicas do campo da saúde.

Desse modo temos igualmente no Brasil desde a década de 60 a presença de pesquisadores que se dedicaram a estabelecer articulações de pesquisa entre o campo das Ciências Sociais e o campo da saúde: Juan César Gárcia (1963), Jean- Claude Polack (1974), Sérgio Arouca (1975), Cecília Donnangelo (1975), Mandel Therezinha Luz (1978), Luc Boltanski (1979), Amélia Cohn (1981), Everardo Duarte Nunes (1983), Elias Merhy (1985), Sueli Gandolfi Dallari (1985), Jairnilson Paim Filho (1986), Giovanni Berlinguer (1988), Gastão Wagner de Souza Campos (1988), Asa Cristina Laurell (1989), Sonia Maria Fleury (1989), Jaime Breilh (1991), Mário Testa (1992), Fernando Lefèvre (1999), Martha Arretche (2000), Eugênio Vilaça Mendes (2001), Octavio Bonet (2004) Giovanni Gurgel Aciole (2006), Guido de Carvalho e Lenir Santos (2006), David Le Breton (2011), entre outros que são constantemente citados como importantes referências desta aproximação teórica.

O que é importante ressaltar em toda essa leva de sociólogos e antropólogos mencionados acima, para além de suas preferências teóricas, é que direta ou indiretamente influenciaram outros estudiosos, tanto do campo antropológico, quanto do campo sociológico, a produzirem estudos de menor repercussão junto aos contextos universitários e bibliográficos. Estudos estes que estabeleceram um limite disciplinar entre o social e a saúde na perspectiva

ampliada dos determinantes sociais. Esse movimento ficou conhecido como a perspectiva da Saúde Coletiva.

No Brasil e na América Latina o objeto tradicional denominado Saúde Pública passa a merecer tratamento, denominação e conotação que traz do inespecífico “público” referente à política de prevenção proposta pelo Estado, para o coletivo, que sugere direitos, situação histórica, comprometimento de condições de vida social e uma crítica ao indivíduo como responsável único por sua saúde / doença. A nova disciplina e campo de intervenção Saúde Coletiva incorpora definitivamente as Ciências Sociais no estudo dos fenômenos da saúde (Minayo, 2000, p. 79).

Outros estudiosos por sua vez, também foram influenciados diretamente ou indiretamente pelos autores mencionados acima e se dedicaram a explorar as eventuais aplicabilidades esperadas destes campos do conhecimento – (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) para com o campo geral da saúde – de modo a efetivar as pretensões iniciais na qual esta transdisciplinaridade era objetivada por parte das instituições sociais:

Os sociólogos e antropólogos, de outro lado, foram convidados a participar em dois campos: *a*) na pesquisa da morbidade e dos recursos humanos, cujos resultados, esperava-se, servissem de base para o planejamento, e *b*) no ensino, junto com os sanitaristas, nas escolas de medicina. Em ambos os casos, “o social” articula-se com a prática dominante, isto é, com a atenção médica e, em consequência, desenvolve-se um saber centrado na relação médico-paciente e na recusa ou aceitação da oferta médica (García, 1989, p. 224).

Conforme aponta Campos (2003, p. 216) os “cientistas sociais e sanitaristas elaboraram as críticas e as receitas a serem seguidas pelas organizações médicas, faculdades, serviços”, de saúde e outras instituições de saúde correlatas. Em outras palavras, tanto os discursos advindos do campo do social quanto do campo da saúde, estabeleceram articulações teóricas e práticas que delimitaram precariamente as relações ideológicas enunciadas pelos sujeitos das ações atinentes à Saúde Coletiva. A transdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e a Saúde Coletiva é um consenso, mas um consenso em articulação e ainda permeado por inúmeros dissensos que a pretensa hegemonia induz.

## HEGEMONIA E ARTICULAÇÃO: ANTAGONISMOS COMPLEMENTARES

Ernesto Laclau (1935-2014) e Chantal Mouffe (1943-) ao terem publicado em 1985 a obra “*Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia*” (recentemente traduzida para o português no Brasil pela Editora Intermeios com o título *Hegemonia e Estrategia*

*Socialista: Por uma Política Democrática Radical* [2015]) possibilitaram a partir de uma crítica ao marxismo, uma reapropriação das categorias do pensamento gramsciano (tais como hegemonia, articulação e bloco histórico) que em correlação com categorias do pensamento althusserianos (tais como sobredeterminação e aparatos repressivos e ideológicos do Estado) estabelecem o social a partir da lógica da Teoria do Discurso.

O conceito de discurso para estes autores, não deve ser entendido apenas como refletindo um conjunto de textos. Segundo Mendonça e Rodrigues (2008, p. 27), o discurso para Laclau e Mouffe “é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e / ou ideal”. O conceito de discurso desenvolvido pela abordagem pós-estruturalista, da qual os referidos autores fazem parte, tem consonância com a perspectiva foucaultiana de discurso enquanto uma exterioridade dos sujeitos:

O discurso assim concebido não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e que o diz: é, ao contrário, um conjunto onde é possível determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo. É um espaço de exterioridade onde se desenvolve uma rede de âmbitos distintos” (Foucault, 1969, p. 90).

Assim no pós-estruturalismo, desenvolvido por Laclau e Mouffe (1985) que utilizamos na pesquisa de mestrado que desenvolvemos, a caracterização de um discurso ou um grupo de enunciados se dá pela regularidade de uma prática (Foucault, 1969, p. 122-123) não apenas ideal, mas também materializada nas instituições e nas ações dos indivíduos sempre já sujeitos. Sabemos que assim como a articulação das Ciências Sociais junto ao campo da Saúde Coletiva é algo consensual em termos de transdisciplinaridade, também é consensual que desde a publicação da clássica obra de Georges Canguilhem (1904-1995) - *O Normal e o Patológico* (1978) - enquanto tese de doutorado, durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), a lógica de abordar o campo da saúde em termos discursivos, é prática recorrente entre os pesquisadores proeminentes desta articulação, como o pensador Michel Foucault (1926-1984) o fez:

[...] suprimam Canguilhem e vocês não compreenderão mais grande coisa de toda uma série de discussões que ocorreram entre os marxistas franceses: vocês não mais apreenderão o que há de específico em sociólogos como Bourdieu, Castel, Passeron, e o que os marca tão intensamente no campo da sociologia; vocês negligenciarão todo um aspecto do trabalho teórico feito pelos psicanalistas, especialmente os lacanianos. Mais: em todo o debate de ideias que precedeu ou sucedeu o movimento de 1968, é fácil reencontrar o lugar daqueles que direta ou indiretamente, haviam sido formados por Canguilhem (Foucault, 2008, p. 353).

Canguilhem exerceu uma influência direta ou indireta sobre uma ampla gama de pesquisadores proeminentes do estruturalismo – e do que veio a ser denominado de pós-estruturalismo. Autores do porte de Louis Althusser (1918-1990), Gilles Deleuze (1925-1995), Félix Guattari (1930-1992), Jacques Derrida (1930-2004), Pierre Bourdieu (1930-2002), Robert Castel (1933-2013), Jean-Claude Passeron (1930-) e o próprio Michel Foucault foram influenciados diretamente ou indiretamente pela perspectiva discursiva de Canguilhem e suas teorizações.

Apesar da parceira autoral de Laclau e Mouffe não ter desenvolvido nenhuma pesquisa junto ao campo da saúde propriamente dito, tais pensadores se alinham com teóricos como Deleuze, Derrida, Foucault e outros autores considerados fundamentais ao pensamento pós-estruturalista que frequentemente são citados como referenciais das pesquisas junto ao campo sanitário. Williams (2012), em sua obra sobre o pós-estruturalismo, sustenta que os autores desse movimento denominado pós-estruturalista, apesar de suas ambivalências, apresentam várias similitudes discursivas que possibilitam inseri-los nesta mesma vertente sociológica:

Pós-estruturalismo é o nome para um movimento na filosofia que começou na década de 1960. Ele permanece sendo uma influência não apenas na filosofia, mas também num leque mais amplo de campos temáticos, incluindo literatura, política, arte, críticas culturais, história e sociologia. [...]O movimento é melhor resumido por meio dos pensadores que o compõem. Essa influência é controversa porque o pós-estruturalismo é visto como uma posição divergente, por exemplo, das ciências e dos valores morais estabelecidos. Por isso [...] explicá-lo mediante um estudo crítico de cinco das mais importantes obras de cinco dos mais importantes pensadores do movimento (Derrida, Deleuze, Lyotard, Foucault e Kristeva) (Williams, 2012, p. 13).

Considerando a ambientação de Laclau e Mouffe neste mesmo movimento filosófico do pós-estruturalismo, aproveitamos a abordagem como fundamentação teórica de nossa pesquisa; e a ambivalência entre hegemonia e articulação – proposta pelos autores – como fundamentação conceitual de nossa pesquisa (Führ, 2015).

Ambientamo-nos metodologicamente no escopo da Teoria do Discurso proposta por Laclau e Mouffe, pois dentre as diversas propostas existentes, pois a mesma se destaca como uma das poucas teorias sociológicas capazes de estabelecer um diálogo pós-estruturalista coerente entre os conceitos gramscianos (tais como controle social da sociedade civil para com o Estado) utilizados junto ao campo da Saúde Coletiva (foco de nossos estudos) e os conceitos althusserianos utilizados para problematizações estruturalistas dos sistemas sanitários (aparatos estatais) que desenvolvemos em nossa pesquisa anterior (FÜHR, 2013):

Duas importantes consequências se seguem desta: a primeira, que a materialidade do discurso não pode encontrar o momento de sua

unidade da experiência da consciência de um sujeito fundante, já que o discurso tem uma existência objetiva e não subjetiva; pois ao contrário, diversas posições de sujeito aparecem dispersas no interior de uma formação discursiva. A segunda consequência é que a prática da articulação como fixação / deslocação de um sistema de diferenças tampouco pode consistir em meros fenômenos linguísticos, mas que deve atravessar toda a espessura material das instituições, rituais, práticas de diversas ordens, através das quais uma formação discursiva se estrutura. O reconhecimento desta complexidade e do caráter discursivo da mesma foi abrindo caminho obscuramente no campo da teorização marxista, e adotou uma forma característica: a afirmação crescente, de Gramsci e Althusser, do caráter material das ideologias, portanto que estas não são simples sistemas de ideias, mas que se encarnam em instituições, rituais, etc. (Laclau; Mouffe, 1985, p. 148).

A partir de sua obra (1985), Laclau e Mouffe estabelecem novas possibilidades teóricas e metodológicas. Em suas perspectivas pós-estruturalistas, eles simplesmente não rejeitam os conceitos e as teorias desenvolvidas anteriormente (incluindo com isso o marxismo, o estruturalismo e outras vertentes teóricas). Pelo contrário, operam dentro dos conceitos e das teorias desenvolvidas para desfazer as postulações exclusivistas de pureza e verdade possam apresentar. Laclau e Mouffe (1985) tentaram realizar essa façanha com os conceitos e as teorias de Gramsci, Althusser e de outros teóricos marxistas não deixando com isso de considerar conceitos fundamentais nas quais elas se abalizam tais como: ideologia, hegemonia, articulação, antagonismo, entre outros.

E aqui sem embargo, não falaríamos de hegemonia. A razão é que, para falar de hegemonia, não é suficiente o momento articulatório; é preciso, ademais, que a articulação se verifique através de um enfrentamento se constituindo em campo sulcado por antagonismo e supõem, portanto, fenômenos de equivalência e efeitos de fronteira (Laclau; Mouffe, 1985, p.179).

A Teoria do Discurso proposta pelos autores evidencia neste trecho sua perspectiva pós-estrutural. Além de problematizar as concepções estruturalistas, também busca, enfocar os fenômenos de equivalência e os efeitos de fronteira que perpassam as teorias sociológicas. O pós-estruturalismo é devedor do estruturalismo, mas diferente dele preza as fronteiras e os limites entre os campos, já que os âmagos destes não evidenciam o cerne das questões que articulam a impossibilidade da sociedade, conforme postulam Laclau e Mouffe (1985):

Para o pós-estruturalismo, o interior não é mais confiável, significativo e melhor conhecido do que seus limites ou fronteiras externas. A crítica desta distinção leva o pós-estruturalismo bem mais além das visões

estruturalistas. Embora deva muito a elas. O conhecimento estruturalista é aberto à mudança quando as estruturas observadas mudam. [...]. O pós-estruturalismo projeta o limite sobre o interior do conhecimento e sobre nossa compreensão estabelecida da verdade e do bem. Ele faz isso de uma maneira radical. Ou seja, o limite não é comparado com o centro, nem equiparado a ele, nem lhe é dado algum tipo de papel moderador, no sentido, por exemplo, da maioria pondo-se à escuta de minorias. Antes, a alegação é de que o limite é o cerne (Williams, 2012, p. 14-15).

Em nosso projeto de pesquisa no mestrado em Ciências Sociais (Führ, 2015) abordamos a formação dos trabalhadores junto ao campo da saúde. Nosso objeto de estudo as Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER- SUS) que objetivam, pelo menos em termos teóricos, articular um projeto político distinto à hegemonia flexneriana da educação profissional em saúde. Utilizando a abordagem laclauiana analisamos o VER-SUS como uma articulação contingente das práticas hegemônicas da formação dos trabalhadores no campo da saúde. Assim, seguindo o contemporâneo de Laclau, os termos do nosso problema de pesquisa foram os seguintes:

a) hegemonia significa articulação *contingente*; b) contingência significa *externalidade* da força articuladora em relação aos elementos articulados; c) tal externalidade não pode ser pensada como uma separação efetiva de níveis no interior de uma totalidade plenamente constituída ou não seria externalidade (Laclau, 2001, p. 139-140).

Foi possível perceber que as experiências de formação dos trabalhadores em saúde se apresentaram como uma externalidade da força articuladora em relação aos elementos hegemônicos juntamente com a formação flexneriana dos profissionais no campo da saúde. No entanto, tal externalidade não pode ser pensada como uma separação efetiva dos níveis de interior da totalidade constituída, pois o denominado projeto político está relacionado diretamente aos elementos articulados da própria formação flexneriana em saúde.

## TEORIA E ANÁLISE DO DISCURSO: PERSPECTIVAS COMPLEMENTARES

Tendo percorrido as premissas teóricas e conceituais que foram pertinentes em nossa pesquisa de mestrado, julgamos interessante também apresentar a perspectiva metodológica que adotamos em nossa pesquisa de mestrado (FÜHR, 2015). Como denotamos, a relação conceitual entre hegemonia e articulação nos auxiliou a constituir um raciocínio teórico de análise da formação de profissionais junto ao campo da saúde. Entretanto, qual foi o raciocínio metodológico que adotamos?

Conforme nos pontua Thiollent (2009, p. 30), em qualquer pesquisa “[...] é preciso pensar, isto é, buscar ou comparar informações, articular conceitos, avaliar ou discutir resultados, elaborar generalizações, etc. Todos esses aspectos constituem uma estrutura de raciocínio subjacente à pesquisa”. Esta postulação de Thiollent nos evidencia que as pesquisas empreendidas possuem raciocínios que lhe subjazem, ou seja, raciocínios que motivam a realização das mesmas e automaticamente carregam com si um discurso que “[...] não é neutro, mas está inserido numa cadeia de significantes que, de acordo com a sua determinação histórica, tem valores e significados específicos [...]” (Mountian, 2014, p. 167):

Situar a pesquisa na sua epistemologia, metodologia e método permite que entendamos seus pressupostos e como esses conduziram seu resultado, o que é fundamental, pois como já apontado, não há pesquisa neutra, pois todas partem de uma determinada visão a partir do seu contexto histórico e social (Mountian, 2014, p. 171).

Por isso, não “[...] podemos aspirar à neutralidade e à imparcialidade ao analisar um discurso em que se desenvolve o mesmo sistema que o articula (Cuéllar, 2014, p. 217)”. Toda pesquisa que se inscreve na perspectiva pós-estrutural evidencia a articulação de determinados discursos epistemológicos, teóricos, conceituais e metodológicos em detrimento de outros. Discursos estes que através de sua natureza percebem determinadas situações para além de suas aparentes dicotomias, revelando suas arbitrariedades. Em termos de metodologia, uma dicotomia arbitrária surge: A ambientação das pesquisas em âmbitos qualitativos opostos a âmbitos quantitativos.

Trazendo o debate do “qualitativo” para o campo da Saúde presencia-se o eclodir de questões semelhantes às do âmbito maior das Ciências Sociais. Isso se deve ao fato, em primeiro lugar, de que a saúde não institui nem uma disciplina nem um campo separado das outras instâncias da realidade social [...] (Minayo, 2000, p. 21).

Portanto, a denotação “qualitativa” em nossa perspectiva metodológica de pesquisa, se refere muito mais à uma predisposição do pesquisador em si do que uma oposição contraditória às pesquisas “quantitativas” por excelências, como são assim denominadas. Ao inserirmos o termo “qualitativo” em nossa abordagem de pesquisa, se predispõe uma relação atitudinal de abertura, flexibilidade, capacidade de observação e principalmente de interação com o grupo de sujeitos sociais envolvidos durante o percurso do estudo. Tal postura decorre “[...], pois compreendemos que a modalidade qualitativa permite ao pesquisador fazer parte integrante do estudo, no qual o fenômeno social é observado através dos significados trazidos nos discursos (escrito ou fala) e nas práticas sociais (Jardim; Lara Jr., 2014, p. 52)” assim como concebemos em termos metodológicos a pesquisa de mestrado que realizamos (Führ, 2015):



A investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidades, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. Seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e readaptados durante o processo de trabalho de campo, visando às finalidades da investigação. Mas não se pode ir para a atividade de campo sem se prever as formas de realiza-lo. Improvisá-lo significaria correr o risco de romper os vínculos com o esforço teórico de fundamentação, necessário e presente em cada etapa do processo de conhecimento (Minayo, 2000, p. 101).

Considerando nossas ambientações na perspectiva pós-estrutural desenvolvida por Laclau e Mouffe (1985) através da Teoria do Discurso, nada mais consequente que em termos metodológicos, tenhamos adotado a Análise do Discurso (AD). A AD está epistemologicamente inserida no mesmo escopo de abordagem sociológica da Teoria do Discurso incitada por Laclau e Mouffe (1985) conforme aponta Cuéllar na citação abaixo.

De fato, nessa longa tradição, encontramos diversos métodos crítico-teóricos epistemologicamente afins à análise lacaniana de discurso, entre eles a análise arqueológica de práticas discursivas que exercem um poder e constituem um saber historicamente determinado e institucionalmente respaldado (Foucault, 1969); a análise marxista estruturalista da materialidade discursiva da ideologia e da interpelação e determinação causal do efeito-sujeito (Althusser, 1970; Pêcheux, 1969, 1975); a análise marxista historicista da obra literária em seu aspecto ideológico e em seu horizonte histórico (Jameson, 1981); a desconstrução da estrutura do discurso a partir de suas diferenças intrínsecas e de suas inconsistências e omissões (Derrida, 1967, 1985); e a teoria de discurso, que analisa os fenômenos sociais e institucionais como construções políticas discursivas conflitivamente articuladas (Laclau; Mouffe, 1985). Convém observar que todos esses métodos, sem exceção alguma, receberam uma influência direta ou indireta de Lacan e de suas elaborações teóricas em torno do discurso, as quais iremos contemplar (Cuéllar, 2014, p. 195).

David Pavón Cuéllar (1974), reconhecido por suas reflexões e investigações, que interseccionam a Psicologia Crítica com a Psicanálise, indica que basicamente quase todas as importantes variedades da AD, assim como também da Teoria do Discurso, receberam influência direta ou indireta de Lacan, do que ficou denominado como sendo o “giro linguístico” junto às Ciências Humanas:

“Giro linguístico” e uma expressão que esteve em moda nos anos 1970 e 1980 para designar uma certa mudança que ocorreu na filosofia e em várias ciências humanas e sociais, e que as estimulou a dar uma atenção

maior ao papel desempenhado pela linguagem, tanto nos próprios projetos dessas disciplinas quanto na formação dos fenômenos que elas costumam estudar (Gracia, 2004, p. 19).

Desse modo o papel da linguagem juntamente com as Ciências Sociais foi reconhecido de diferentes maneiras em seus aspectos teóricos e metodológicos de utilização. A recorrência da Linguística, segundo Gracia (2004, p. 46) prioriza a substituição da “relação ‘ideias/mundo’ pela relação ‘linguagem / mundo’” e afirma que para entender tanto a estrutura de nosso pensamento quanto o conhecimento que temos do mundo é preferível olhar para a “estrutura lógica de nossos discursos”. A linguagem então “não é vista como um mero epifenômeno, mas como uma prática em si mesma. As pessoas empregam o discurso para *fazer* coisas [...]. Realçar isto é sublinhar o fato de que o discurso não ocorre em um vácuo social (Bauer; Gaskell, 2002, p. 248, grifos do autor)”.

O papel da linguagem nas ciências sociais foi reconhecido inicialmente quando se percebeu que levá-la em consideração poderia ter um grande interesse metodológico para o desenvolvimento da ciência e dos pensamentos sociais. Naquele momento, aproveitaram-se das experiências acumuladas da linguística e dos estudos da comunicação para completar, e as vezes substituir, o arsenal de técnicas e procedimentos metodológicos disponíveis. Surge assim o uso de métodos como a Análise de Conteúdo [...] e as várias modalidades da Análise do Discurso [...] (Iñiguez, 2004, p. 97).

Dentre os diferentes modos pelos quais o papel da linguagem foi reconhecido junto às Ciências Sociais, Análise do Discurso (AD) se destaca por sua variedade de possibilidades metodológicas. Bauer e Gaskell (2002, p. 246) nos indicam que, embora “existam provavelmente ao menos 57 variedades de AD, um modo de conseguir dar conta das diferenças entre elas é pensar em tradições teóricas amplas”. Seguindo esta concepção, Lupicínio Iñiguez (2004) segmentou a AD em cinco grandes tradições metodológicas.

As cinco grandes tradições metodológicas da AD, conforme Iñiguez (2004, p. 111) seriam: “a) a Sociolinguística Interacional; b) a Etnografia da Comunicação; c) a Análise Conversacional; d) a Análise Crítica do Discurso (daqui em diante, ACD); e f) a Psicologia Discursiva”. Ian Parker (1956-) pontua também que um provável “[...] motivo pelo qual há tantas variedades da AD é que tem havido um foco na linguagem em pesquisa que tem tido formas diferentes em variadas disciplinas (Parker, 2014, p. 59)”.

Laclau e Mouffe foram responsáveis pela introdução de Slavoj Žižek (1990) na sociedade britânica de debates teóricos no final de 1980, e eles têm sido pressionados, mais recentemente, por alguns de seus ex-alunos

para fazer uso mais explicitamente das ideias psicanalíticas lacanianas (Stavrakakis, 2007 in Parker, 2014, p. 79).

Os debates contemporâneos da Teoria do Discurso principiaados por Laclau e Mouffe (1985), que se fundamentam na mesma vertente das pressuposições epistemológicas da AD, porque não desconhecem a intersecção de abordagens que provém da Psicologia, da Psicanálise, da Filosofia, da Ciência Política e de outros campos disciplinares. A “[...] análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar (Fairclough, 2001, p. 276)” e transdisciplinar onde a Teoria do Discurso só vem a reforçar tal caráter em termos metodológicos.

Nesta perspectiva epistemológica, o aporte de Chantal Mouffe e “[...] a teoria de Ernesto Laclau está fundada na ideia de que o social deve ser percebido a partir da lógica do discurso (Mendonça; Rodrigues, 2008, p. 27)”. Impera-se que para o “[...] desenvolvimento de uma abordagem para a AD que seja teoricamente adequada, tanto quanto praticamente utilizável, requer uma síntese da análise de discurso orientada linguisticamente e a compreensão da teoria social recente sobre a linguagem (Fairclough, 2001, p. 61-62)”. A AD neste sentido se aplica como método de análise dos dados objetivando identificar as possibilidades de conservação ou transformação das práticas discursivas e ideológicas das formações sociais contextualizadas:

Todo discurso é uma prática social. De acordo com essas propostas, diremos que não estaremos falando tanto de discursos e mais de práticas discursivas que, como já observamos, são regras anônimas, históricas, determinadas temporal e espacialmente. Essas regras definiram, em uma época determinada, para comunidades concretas, as condições de qualquer enunciação daquilo que pode ser dito. Nessa mesma direção, diremos também que a AD é uma prática e é uma prática que não só desmascara ou identifica outras práticas discursivas, como também - e sobretudo - abre todo um caminho para sua transformação (Iñiguez, 2004, p. 147).

Para Orlandi (1987, p. 110, grifos da autora) o “[...] conceito básico para a AD é de *condições de produção*. Essas condições de produção caracterizam o discurso, o constituem e como tal são objeto da análise [...]” para o pós-estruturalismo que percebe não somente o sujeito da produção, mas também a produção do sujeito (Zizek, 2003, p. 207) em sua formação ideológica e discursiva:

Os discursos *articulam* o conjunto de condições que permitem as práticas: constituem cenários que passam a facilitar ou a dificultar as possibilidades, que fazem surgir regras e mantêm relações. Definitivamente, as práticas discursivas deixam claro que falar não só é algo mais como também é algo diferente de exteriorizar um pensamento ou descrever

uma realidade: falar e fazer algo, e criar aquilo de que se fala, quando se fala (Iñiguez, 2004, p. 94-95, grifo nosso).

Conforme Minayo (2000, p. 211, grifos da autora) em termos de método o “[...] objetivo básico da *Análise do Discurso* é realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos produzidos nos mais diferentes campos: religioso, filosófico, jurídico e sócio-político”. Visa-se compreender a produção social do sentido como princípio de organização do modo de funcionamento das articulações discursivas e ideológicas do campo pesquisado.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (Fairclough, 2001, p. 90).

Como já questionava o linguista russo Roman Jakobson (1896-1982): “Que podemos saber da linguagem quando nada conhecemos sobre as significações?” (Jakobson, 1969, p. 16). Podemos igualmente questionar: Que podemos saber da linguagem dos dados obtidos quando nada conhecemos sobre as significações empregadas nos mesmos? É necessário compreender as significações e os significados das palavras-chaves e dos significantes empregados nos discursos e na linguagem dos sujeitos de pesquisa tendo em vista que os(as) mesmos(as) são variáveis e mutáveis nos contextos e nas temporalidades em questão:

A ênfase está nas palavras-chave que têm significado cultural geral ou mais local; nas palavras cujos significados são variáveis e mutáveis; e no significado potencial de uma palavra – uma estruturação particular de seus significados – como um modo de hegemonia e um foco de luta (Fairclough, 2001, p. 288).

Desse modo acreditamos que a AD enquanto procedimento metodológico a ser adotado apenas na hora de análise dos dados não consegue abranger a real dimensão com que ela foi incorporada junto às pesquisas sociológicas. Conforme indicação de Jardim e Lara Jr. (2014, p. 57), percebemos que outros procedimentos metodológicos qualitativos também se constituem em possibilidade metodológicas inscritas junto à AD: observações participantes, diários de campo, entrevistas semiestruturadas e outras técnicas possíveis de obtenção dos aspectos discursivos.

Os esquemas aqui expostos podem ser percebidos por meio da análise de discurso dos sujeitos. Para isso se faz necessário procedimentos metodológicos qualitativos, tais como: observação participante, diário de

campo, entrevista semiestruturada, dentre outras técnicas que poderão ajudar a coletar dados, os quais se aplica o esquema sugerido (Jardim; Lara Jr., 2014, p. 57).

Pesquisas transdisciplinares das Ciências Sociais com a Saúde Coletiva como foi a nossa proposta em Führt (2015) ou que interseccionem outros campos disciplinares do conhecimento humano, podem encontrar na perspectiva ampliada de articulação teórico-metodológica entre a Teoria do Discurso e a Análise do Discurso um cerne emblemático de diálogos pós-estruturalistas interessantes.

Na pesquisa de mestrado que realizamos (Führt, 2015) utilizamos justamente os procedimentos metodológicos da AD citados: observações participantes descritas em diários de campo e entrevistas semiestruturadas com o aporte de um gravador de som. Para nos propiciar uma fundamentação metodológica consistente, no que condizem as observações participantes descritas em diário de campo, buscamos novamente em Thiollent algumas premissas que abalzem os aspectos descritivos de qualquer análise discursiva deste dado obtido junto aos campos de pesquisa:

O objetivo da análise (ou descrição) desta estrutura cognitiva não é mero jogo formalista. Não se trata de chegar a uma formalização lógica nem a um cálculo de proposições ou à manipulação de variáveis simbolicamente representadas. O principal objetivo consiste em oferecer ao pesquisador melhores condições de compreensão, decifração, interpretação, análise e síntese do “material” qualitativo gerado na situação investigativa. Esse “material” é essencialmente feito de linguagem, sob formas de simples verbalizações, imprecisões, discursos ou argumentações mais ou menos elaboradas. A significação do que ocorre na situação de comunicação estabelecida pela investigação passa pela compreensão e a análise da linguagem em situação. Um mínimo de conhecimento nesse setor é necessário para que o pesquisador não caia em ingenuidades (Thiollent, 2009, p. 31).

Assim como Thiollent, outros autores como Antunes (2014, p. 125), nos elucidam que em qualquer relato de pesquisa descrito em diários de campo ou em outros artefatos não são mera descrição de procedimentos e resultados, mas sim “[...] *interpretação que parte de dados concretos*. Tal conteúdo interpretativo, contudo, encontra-se em todos os estágios da pesquisa, desde a formulação dos procedimentos e técnicas até a análise de seus resultados”. Esta afirmação leva em conta aquilo que já denotamos: qualquer pesquisa parte de um discurso delimitado num contexto social e histórico específico. Ignorar tal pressuposição é aceitar um padrão de observação positivista e convencional que pouco tem de inovador.

Em muitos lugares, continuam prevalecendo as técnicas ditas convencionais que são usadas de acordo com um padrão de observação positivista no qual se manifesta uma grande preocupação em torno da quantificação de resultados empíricos, em detrimento da busca de compreensão e de interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas (Thiollent, 2009, p. 09).

Desse modo expressamos que o envolvimento junto às situações contextuais de pesquisa, busca justamente trazer à tona a compreensão dos fenômenos sociais que ocorrem. Ainda conforme Thiollent (2009, p. 31) pesquisa assim empreendida “[...] não perde sua legitimidade científica pelo fato dela estar em condição de incorporar raciocínios imprecisos, dialógicos ou argumentativos acerca de problemas relevantes”. A AD se reveste assim da noção ampliada do conceito de discurso. Quando analisamos os termos inscritos nos diários de campo da observação participante estamos admitindo que o discurso não seja apenas fala, mas sejam também práticas dos elementos implícitos ou explícitos com os quais sujeitos se relacionam junto aos contextos de pesquisa:

Desse ponto de vista, o problema principal é de determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas e se entremisturar no indiscernível (Pêcheux, 1990, p. 54).

Reforçamos que a discussão sobre “[...] a participação dos pesquisadores e dos participantes em diversas estruturas coletivas (seminários, grupos, etc.) não são, em si próprias e nocivas à objetividade (Thiollent, 2009, p. 25)” tendo em vista que é justamente essa participação nos contextos investigados que possibilitarão uma compreensão maior dos discursos presentes e a sua significação junto aos sujeitos entrevistados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após apresentarmos as articulações transdisciplinares entre as Ciências Sociais e a Saúde Coletiva, destacando como os referenciais da Teoria do Discurso, em paralelo com a Análise do Discurso, foram aplicados em uma pesquisa sociológica de mestrado, acreditamos ter contribuído com percepções teóricas e metodológicas relevantes para aqueles que ainda não estão familiarizados com tais referenciais científicos.

A adoção de estratégias teórico-metodológicas como a Teoria do Discurso e a Análise do Discurso, capacita pesquisadores das Ciências Sociais, da Saúde Coletiva ou de áreas afins a explorar a “luta pela significação no espaço de uma cultura particular, [...] uma batalha

ideológica na qual [...] o texto é interpretado” (Parker, 2014, p. 79) à luz da “caixa de ferramentas” propícia a estas transdisciplinaridades.

## REFERÊNCIAS

ACIOLE, Geovani Gurgel. **A Saúde no Brasil: Cartografias do Público e do Privado**. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

ANTUNES, Deborah Christina. Entre rigor lógico e flexibilidade expressiva: uma leitura dos instrumentos e das classificações de pesquisa sobre personalidade autoritária a partir da Teoria Crítica da Sociedade. *In*: LARA JR. Nadir; LIMA, Aluísio Ferreira de. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

AROUCA, Antonio Sergio da Silva. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. 1975. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas, Universidade de Campinas – UNICAMP, SP, 1975.

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOLTANSKI, Luc. **As Classes Sociais e o Corpo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.

BONET, Octavio. **Saber e Sentir: uma etnografia da aprendizagem da biomedicina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia: economia, medicina e política**. 3. ed. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1991.

BRETON, David Le. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. **Os médicos e a política de saúde: entre a estatização e o empresariamento: a defesa da prática liberal da medicina**. São Paulo: Hucitec, 1988.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. De Medicina Preventiva à Medicina baseada em evidências. *In*: AROUCA, Sergio. **O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

CARVALHO, Guido Ivan de; SANTOS, Lenir. **Sistema Único de Saúde: Comentários à Lei Orgânica de Saúde - Leis n. 8.080/90 e 8.142/90**. 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 2006.

COHN, Amélia. **Previdência social e processo político no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1981.

CUÉLLAR, David Pavón. Do método lacaniano crítico-teórico às suas reconfigurações prático-políticas em discursos concretos: questionamento da ideologia, compromisso do pesquisador e subversão do sujeito. In: LARA JR. Nadir; LIMA, Aluísio Ferreira de. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

DALLARI, Sueli Gandolfi. **Municipalização dos serviços de saúde**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1985.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FLEURY, Sonia Maria. **Reforma Sanitária: Em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

FOUCAULT, Michel; SENELLART, Michel. **Nascimentos da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FÜHR, Jean Jeison. **Repensando o público e o privado junto ao SUS**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

FÜHR, Jean Jeison. **Formação em Saúde e Articulações Possíveis: As Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde – VER-SUS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2015.

GÁRCIA, Juan César. Sociología y medicina: bases sociológicas de la relación médico-paciente. **Cuadernos Médico Sociales**. 1963; 4 (1-2):11-16.

GRACIA, Tomas Ibanez. O “giro linguístico”. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. 1. ed. São Paulo: Cultrix. 1969.

JARDIM, Luciane; LARA JR., Nadir. Contribuições psicanalíticas para a compreensão das operações discursivas ideológicas. In: LARA JR. Nadir; LIMA, Aluísio Ferreira de. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.



LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y Estrategia Socialista:** Hacia una radicalización de la democracia. Londres: Verso, 1985.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

LAURREL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. *In:* LAURELL, Asa Cristina. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.** São Paulo: Córtez, 1989.

LEFÈVRE, Fernando. **Mitologia Sanitária:** Saúde, Doença, Mídia e Linguagem. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LUZ, Madel Therezinha. **Instituição e Estratégia de Hegemonia:** As Instituições Médicas no Brasil. 1978. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo – USP, SP, 1978.

MENDES, Eugênio Vilaça. **Os grandes dilemas do SUS.** Salvador: Casa da saúde, 2001.

MENDONÇA, Daniel de Mendonça; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso:** em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MENDONÇA, Daniel de. A impossibilidade de emancipação: notas a partir da teoria do discurso. *In:* MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-**

**estruturalismo e teoria do discurso:** em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MERHY, Emerson Elias. **O capitalismo e a saúde pública, a emergência das práticas sanitárias no estado de São Paulo.** 1. ed. São Paulo: Papyrus, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOUNTIAN, Ilana. Análise de discurso e pesquisa feminista: algumas considerações sobre metodologia e *ética* em pesquisa. *In:* LARA JR. Nadir; LIMA, Aluísio Ferreira de. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social Crítica.** Porto Alegre: Sulina, 2014.

NUNES, Everardo Duarte. **Medicina Social:** Aspectos Históricos e Teóricos. São Paulo: Global, 1983.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu Funcionamento.** As formas do discurso. Campinas. Ed. Pontes. 1987.

PAIM, Jairnilson Silva. **Saúde, crise e reformas.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1986.

PARKER, Ian. Análise do Discurso: dimensões da crítica na Psicologia. *In*: LARA JR. Nadir; LIMA, Aluísio Ferreira de. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1999.

POLACK, Jean-Claude. La medicina del capital. Madrid: Fundamentos, 1974. TESTA, Mario. **Pensar em Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WILLIAMS, James. **Pós-Estruturalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZIZEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos**: Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

Recebido para publicação em: 25 jun. 2023.

Aceito para publicação em: 30 jan. 2024.